



Uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados efetiva - a ANPD

A ANPD deve ser estabelecida imediatamente. Ela deve priorizar as atividades de interpretação da LGPD e criação de diretrizes para capacitar organizações públicas e privadas a implementarem a lei e entrarem em conformidade de forma apropriada.

O QUE É A ANPD E PORQUE O BRASIL PRECISA DELA

A ANPD, ou Autoridade Nacional de Proteção de Dados, vai ser o primeiro órgão regulador da proteção de dados pessoais do Brasil. A ANPD terá um papel fundamental na interpretação, aplicação e execução da nova lei brasileira de proteção de dados - a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A ANPD terá papel fundamental para:

- Assegurar a **eficácia e sucesso da LGPD**
- Garantir que **os dados pessoais de brasileiros sejam usados de forma responsável**
- Trazer **segurança jurídica e clareza** para organizações reguladas



O governo brasileiro deve estabelecer a ANPD imediatamente, independente da entrada em vigor da LGPD. A ANPD deve se tornar operacional o mais rápido possível e priorizar suas atividades de forma eficaz.

Independente da entrada em vigor da LGPD, os artigos referentes à ANPD já estão em vigor. A ANPD deve publicar a maior parte das suas diretrizes antes da entrada em vigor da LGPD, de forma a capacitar organizações reguladas a implementá-la e entrar em conformidade. Logo, a ANPD deve ser estabelecida imediatamente. Além disso, em tempos de crise como a pandemia ocasionada pelo COVID-19, é ainda mais importante que o Brasil tenha uma autoridade de proteção de dados pessoais que seja técnica e capacitada a prover diretrizes que possibilitem organizações a utilizar dados pessoais para fins de alcançar o bem público.



Definir sua estratégia

Elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade



Reconhecer boas práticas

Reconhecer exemplos de programas de governança de dados baseados em accountability



Fornecer diretrizes

Em tópicos como compartilhamento de dados, portabilidade, prazos para resposta ao exercício de direitos sob a LGPD, etc.



Interpretar a LGPD

Para esclarecer artigos relacionados ao seu escopo, consentimento, tratamento de dados de crianças, etc.



Forcener padrões técnicos

E estimular a adoção de padrões técnicos pela indústria que possibilitem a conformidade com a LGPD



Possibilitar a transferência internacional de dados

Através do reconhecimento de adequação de outros países, e do estabelecimento de mecanismos de transferência

AS PRIORIDADES DA ANPD

Uma regulação efetiva depende de estratégias que possibilitem o melhor uso possível de recursos disponíveis. Isso inclui a priorização de atividades que tragam os melhores resultados para os indivíduos e a sociedade.

Em seu estágio inicial, a ANPD deverá priorizar suas atividades relacionadas a regulação responsiva e engajamento construtivo, ao invés da punição por descumprimento da LGPD.

Educação sobre proteção de dados

Educar indivíduos sobre seus direitos relacionados à proteção de dados, e organizações sobre seus deveres



Preparar para a execução da LGPD

Através do estabelecimento de procedimentos de execução e mecanismos para receber reclamações e denúncias

